

DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO: UM OLHAR A PARTIR DA VIVÊNCIA COM AS FAMÍLIAS ACOMPANHADAS PELO SEAPAC

Amanda Carla Silva Cavalcanti

Introdução

Este artigo surgiu a partir das vivências como Assistente Social no Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários (SEAPAC), ao percorrer os territórios de atuação nas regiões do Trairi, Alto Oeste e Seridó. Seu principal objetivo é expor os resultados de um diagnóstico socioeconômico das famílias que são acompanhadas na zona rural desse serviço.

De partida, foi necessário refletir sobre questões importantes para compor o diagnóstico. A partir disso, foi criado um questionário socioeconômico contendo um conjunto de perguntas para contemplar as principais demandas do levantamento de dados.

O diagnóstico socioeconômico se torna uma ferramenta fundamental para abordar estudos socioeconômicos, pois no âmbito do serviço social, são instrumentos que dão suporte para beneficiar determinados grupos, para fins de acesso a serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e/ou outras entidades, interpretando a subjetividade de determinada realidade social, além da produção de documentos, como informes e relatórios, que podem subsidiar outras instâncias de planejamento, gestão e formulação de políticas sociais (MIOTO, 2009).

Nessa perspectiva, e com o objetivo de melhor identificar os usuários acompanhados no Seapac, o serviço social buscou atingir duas questões importantes, se aproximar da realidade social e econômica dessas famílias e traçar um perfil, que propicie respostas ou indicadores significativos para um maior conhecimento e interpretação da realidade *in loco*.

Como metodologia foi utilizado um questionário semiestruturado contendo perguntas abertas e fechadas referentes ao acesso ou ausência dele no que tange a atualização dos documentos pessoais, estado civil, se havia algum tipo de deficiência, raça, pertencimento étnico cultural, religião, identidade de gênero, orientação sexual, quantidade de pessoas na mesma residência e qual vínculo direto com o tipo de domicílio (próprio, alugado, cedido, financiado, posse, espólio – no campo ou na zona urbana), renda individual e

familiar, integrante da família que gerencia a renda, composição familiar, atualização do cadastro único e o tipo de benefício que a família recebe.

Além disso, ainda foi questionado sobre o dispositivo de saúde ou da assistência social que a família é acompanhada, grau de escolaridade, tipo de atividade laboral que exerce, tipos de doença, se há pessoas idosas, participação em reuniões vinculadas ao sindicato, associação, cooperativa, fórum ou algum tipo de conselho, e se é associado a algum desses, quais são as instituições (escola, UBS, saneamento básico rural, coleta de lixo, igrejas, conselho comunitário) presentes em cada comunidade, atualização da caderneta de vacina, canal de comunicação usado para acessar notícias/informações, tipo e frequência do acesso à internet, formato de comunicação de preferência e os meios de comunicação que as famílias mais gostam de acessar no dia a dia.

Os cenários que abarcaram as visitas domiciliares foram as cidades de Pau dos Ferros, Encanto, São Miguel, Coronel João Pessoa, Doutor Severiano e Venha-Ver, situado no Alto Oeste potiguar, Lajes Pintadas, na região do Trairi e Currais Novos, no Seridó. Nessa direção, 146 famílias foram entrevistadas, sendo 69 no Trairi, 57 no alto oeste e 20 no Seridó, no período equivalente a outubro de 2022 a junho de 2023. Posto isso, foi necessário compreender melhor quem são os usuários acompanhados no trienal 2022-2025 do Seapac.

Narrativas das múltiplas conexões entre as regiões do Alto Oeste, Trairi e Seridó no contexto do Seapac

As regiões do Trairi, Alto Oeste e Seridó apesar de suas particularidades demarcam as vivências em comum do semiárido e as histórias de um povo que através da resiliência encontram estratégias desafiadoras de sobrevivência nessas regiões. Desse modo, a escrita vai se desenhando como abertura para criação de sentido por meio das narrativas, para além da ordem cronológica dos fatos, que não se limita a estruturas rígidas e técnicas, mas se desdobra em um processo criativo e em constante movimento.

De modo itinerante, com a finalidade de conhecer de forma crítica a realidade social das famílias, esse percurso se inicia na tromba do elefante, simbologia adotada pelos potiguares para se referir ao alto oeste potiguar, em alusão ao formato do mapa do RN, visto que “imita” a imagem de um elefante.

Ao adentrar no campo, o percurso vai se desvelando nos fenômenos que são propiciados pelo acolhimento na casa de cada uma das famílias. Hospitalidade parece ser

um ponto forte nessa região, além de cafés no início e final da tarde. A sensibilidade da convivência são marcas afetuosas de acontecimentos a partir da ação com o outro. Estranheza, foi o primeiro sentimento ao experimentar esse cenário tão aconchegante, ao mesmo tempo que também trazia a sensação de sentir-se em casa.

Nas visitas domiciliares, a escuta qualificada e a observação participante demonstraram detalhes percebidos entre os dizeres e ocultamentos, quando os olhos se cruzavam e teciam sentido no silenciar de alguns entrevistados, perante as perguntas que eram por vezes difíceis de serem elaboradas e respondidas, especialmente quando a pauta do diálogo era sobre membros familiares e suas relações, dor, luta, luto, resistência e adversidades na vida do campo.

O calor do município de Pau dos Ferros foi sentido a duras penas, durante as primeiras visitas as residências de cinco famílias na zona rural. Posteriormente, seguindo viagem para outro território, nos deparamos com um lugar encantador, não somente pela estrutura física da cidade, embelezada por obras públicas conservadas que chamavam a atenção visualmente, mas também por seu nome, Encanto. Lugar de belezas e plantios diversificados no campo, especialmente nas Unidades Produtivas Familiares (UPF'S) das dezessete famílias acompanhadas, mostrando nitidamente a transformação do espaço de produção pela disponibilidade e abundância da água.

O percurso intrigante vai tomando outro rumo, com mudanças significativas de altitude e a subida a uma serra, São Miguel. O clima ameno, fluxo contínuo de pessoas da própria cidade e de outras regiões, histórias sobre a origem e a produção de um café famoso e o desfrutar da degustação dele no centro da cidade, ambiente caloroso que marca e justifica as tantas idas da equipe do Seapac nesse lugar. E assim, nessa cidade, acompanhamos dezoito famílias.

Dando continuidade a jornada, nos deparamos ainda com o cotidiano de mais cinco famílias em Doutor Severiano, trajeto visivelmente notado pela estrada sinuosa e arriscada, mas que além disso tem outras características significativas, como a referência na qualidade da execução de políticas públicas e a marca do selo Unicef no município.

Não obstante, adentramos em direção ao lado extremo do tão querido oeste potiguar, local conhecido como o ponto mais alto do Rio Grande do Norte, por abrigar a Serra do Coqueiro, nesse local acompanhamos o cotidiano de seis famílias na cidade de Venha-Ver.

E por fim, para concluir as andanças por tantos lugares, o ciclo de visitas do Alto Oeste se encerra na cidade de Coronel João Pessoa, com direito a almoço, rapadura de

brinde e os vários sorrisos das seis famílias acompanhadas pelo Seapac, totalizando 57 grandes encontros.

Deslocando o corpo para outra região de atuação do Seapac, os diagnósticos foram dando continuidade na região do Trairi. O percurso foi seguindo o fluxo das comunidades rurais de Lajes Pintadas. Nesse lugar as famílias nos recebem de braços abertos, sentados em suas varandas, cercados por um roçado verde intenso, graças a utilização do reuso das águas, contrastando com o cenário acinzentado dos arredores de outros agricultores que não foram favorecidos com o sistema de saneamento rural.

Seguindo o curso da caminhada, dialogamos com 30 famílias no clima aconchegante da Serra Verde, que expressam a realidade que foi transformada pelo processo de acompanhamento do Seapac e a implementação das tecnologias sociais e como isso reverbera nas estratégias de sobrevivência e na ampliação de seus quintais produtivos.

Posteriormente a bússola apontou em direção à 14 famílias no Bom Destino. Nesse contexto, fez-se necessário nos mover abertos a ouvir e compreender as particularidades de terrenos delimitados e complexos, de famílias que antes eram invisibilizadas e com movimento de estímulo e respeito a seus ritos, culturas e modos de viver conseguem se abrir e falar sobre suas dificuldades e sinalizam a direção do caminho que querem continuar seguindo. Com isso, as famílias reafirmam que querem continuar construindo caminhos que levem ações que endossem a autonomia e protagonismo de suas histórias.

Já na comunidade Catolé, acompanhamos 8 famílias, lugar marcado pela representação de uma associação que tem sede de mudança, entusiasmo e disposição para grandes processos de transformação. É via de regra um local potente, onde algumas famílias guardam, protegem e resgatam sementes crioulas. Frente a essa realidade, é nesse processo admirável de conservação das espécies que o partilhar tem tanta sensibilidade, assim como a preservação dos saberes ancestrais que conservam o presente e o futuro da biodiversidade local.

Para seguir, foi possível deparar-se na comunidade da Malagueta com 9 famílias que proliferam dizeres sobre como enfrentam processos delicados de doenças graves, como a maternidade com pais ausentes é desafiadora, já que esses homens necessitam ir para outros estados em prol de suprir a demanda financeira da casa, além dos conflitos entorno das disputas por terra e o protótipo inovador do primeiro biodigestor implantado pelo Seapac.

As incursões seguiram para visitar duas comunidades próximas a Malagueta, com 5 famílias, sendo 3 em Riacho Fechado e 2 em Timbaúba, onde inovação e resistência é o

sinônimo de vida nesse lugar. Assim, é perceptível como as famílias com apoio e criatividade tornaram terrenos tão pequenos multiplicadores de culturas de plantio tão diversificadas, atravessadas pelo que vem sendo aprendido pela agroecologia, somado a autenticidade de seus saberes empíricos.

Finalizando esse itinerário, as comunidades de Barros Preto e Inharé contextualizam os modos de viver de 3 famílias, reconhecendo esses lugares como referência de tantas partilhas e intercâmbios organizados pelo Seapac, que tecem sentido com a transformação notória de forças e elementos que potencializam a vida em sua multiplicidade.

No movimento natural desse caminhar, as visitas seguiram para o habitat de um povo forte, resiliente, herdeiro de um nome marcante e famoso, agora chegou a vez de adentrar no Seridó. Na elaboração de memórias afetivas e saudosas as 20 famílias das três comunidades rurais de Santo André, Poço da Serra e São Rafael, no município de Currais Novos expuseram o quão seus territórios foram marcados por um contexto difícil, envolvendo a exploração de minérios e das longas jornadas de trabalho nas minas.

Na infância, as famílias dessas 3 comunidades rurais precisaram trocar o papel e o lápis por batedeira e picaretas, as brincadeiras que poderiam ser amarelinha, peão, bambolê e subir em árvores foram substituídas por idas a pedreiras e garimpos. Apesar disso, essas terras criaram um elo mágico com a vida dessas famílias e as tornaram mais fortes e resistentes, formulando possibilidades de ser e existir nesse mesmo espaço que vem sendo aos poucos ressignificado com muita luta e determinação.

Quem imaginaria que diferentes modos de viver se conectariam e que as regiões do Alto Oeste, Trairi e Seridó seriam permeadas por cenários com tantas narrativas sobre o pulsar da vida na convivência com o semiárido? Mesmo com as expressões da questão social que demarcam as intensas desigualdades sociais e as contradições de viver no campo, os relatos de tantas Marias, Franciscas, Josés, Joãos e muitos outros sujeitos demonstraram que apesar dos desafios que estão postos no atual sistema capitalista, é possível nutrir a esperança nos quintais produtivos, férteis, diversificados e livres de veneno, reafirmando que há potencialidades nesses lugares. As famílias demonstraram em suas falas que há uma dimensão artesanal e singular na qual é possível buscar cultivar a vida e a diferença, bem como seus modos subjetivos de expressividades e afirmações. Essa convivência ainda é mais viável diante da implementação das tecnologias sociais, como: o reuso das águas, o biodigestor e as cisternas.

Os vários modos de se estar-com-o-outro expõe as afetações de um trabalho e suas múltiplas intervenções que se faz na metáfora do plantar uma semente para germinar

frutos e esperar possibilidades de uma vida digna no campo, acolhendo a subjetividade de um povo que se mantém de pé, analogia básica para se referir a árvores e florestas, que se revela no acompanhamento e na incessante luta para que a incidência política alcance 146 famílias em cenários tão diversos.

Tecendo o perfil socioeconômico das famílias do Seapac

Diante do fragmento das realidades que foram observadas, foi importante desenvolver o perfil das famílias acompanhadas pelo Seapac com o objetivo de conhecer melhor suas condições de vida, de modo a contribuir para implementar ou ampliar os projetos desenvolvidos pela instituição. E, ainda, para analisar aspectos da realidade em que estão inseridas, tendo em vista que através desta identificação a instituição pode conhecer quem é o principal público-alvo de suas ações, e, dessa forma, intervir diretamente na vida dos sujeitos e diante de necessidades sociais que venham a apresentar.

De acordo com os dados produzidos, foi possível traçar o perfil das famílias acompanhadas. No que tange às três regiões do Trairi, Alto Oeste e Seridó, é possível constatar que das 146 famílias que foram entrevistadas, 77% estão na faixa etária entre 30 a 59 anos, seguidos com 17% acima de 60 anos e 6% com até 29 anos. Dos entrevistados, 87% são do gênero feminino e 13% do gênero masculino.

No que se refere ao uso de telefone, observou-se que 99% das famílias utilizam celular e apenas 1% não dispõe dessa tecnologia. E desses, 95% utilizam *whatsapp* e somente 5% não utilizam. Ademais, 86% ainda não manuseiam e-mail, somente 14% das famílias que o fazem.

No tocante aos documentos, quando foram questionados se estavam atualizados, 73% responderam que sim e 27% afirmaram que não; havendo necessidade de esclarecer algumas dúvidas que surgiram sobre as pendências documentais de algum dos componentes familiares.

Em relação a possuir algum tipo de deficiência, 92% relataram que não possuem nenhum tipo de deficiência, enquanto 8% sinalizaram que possuíam alguma deficiência (auditiva, visual, física). Já o estado civil, 54% estão casados, 30% vivem em união estável, seguido de 6% solteiros, 6% separados e 4% viúvos.

No que tange à raça, 53% se consideraram pardos, 33% brancos, 12% negros, somente 1% indígena e 1% amarelo. Enquanto que 95% não consideram que têm algum

tipo de pertencimento étnico, apenas 5% referiram fazer parte de algum grupo étnico específico e, desses, 57% são quilombolas e 43% indígenas.

Já no quesito religião, majoritariamente 88% das famílias relataram que são católicas, seguido de 7% evangélicas e/ou protestantes, 1% é espírita, 1% é testemunha de Jeová e 3% não tem religião. No que se refere aos indicativos de com quem as famílias residem, 51% moram apenas cônjuge e filhos, 10% moram, cônjuge, filhos e outros parentes, 18% moram apenas com cônjuge, 6% moram unicamente com filho, 4% com cônjuge e filhos, 3% com pais e irmãos, 2% com filhos e netos. Dessas famílias, predominantemente 90% têm residência própria na zona rural, 6% é espólio no campo, 3% é cedida no campo e 1% é alugada na zona urbana. Já aos idosos que compõem o grupo familiar abarcaram 27%, enquanto que 71% não consta e 2% não responderam.

Quanto à renda individual, 52% relataram ter até meio salário mínimo, seguido de 36% que recebem entre meio até um salário mínimo, 7% recebem de um e meio a dois salários mínimos, 3% de um a um e meio salários mínimos, 1% de dois a seis salários-mínimos e 1% declarou que se encontrava sem renda.

Já no que se refere à renda familiar, considerando a renda de todos os integrantes da família que moram na mesma residência, 40% afirmaram ter de meio até um salário mínimo, 20% têm de um a um salário mínimo e meio, 16% têm de um e meio a dois salários-mínimos, 12% têm de um a seis salários-mínimos e outros 12% têm de dois a seis salários mínimos. Além do mais, das pessoas que vivem dessa renda familiar, 32% referiram que sua composição familiar é composta por 3 pessoas, 25% por 4 pessoas, 21% por duas pessoas, 9% a renda é somente para uma pessoa, 5% são 6 pessoas, 4% com 5 pessoas, 2% com 7 pessoas, 1% com 8 pessoas, 1% com 9 pessoas. Na questão do gerenciamento da renda familiar, 62% responderam que é a mulher a responsável pelo processo de administração do dinheiro, 26% são os homens, 11% são homens e mulheres em conjunto e 1% não quiseram responder.

Na perspectiva profissional, 81% se consideram agricultores, 6% têm vínculos trabalhistas no contexto urbano, 6% são estudantes, 4% não quiseram responder, 2% tinham vínculo de auxiliar de serviços gerais em alguma instituição e 1% são professoras.

Com relação ao Cadastro Único, 97% das famílias sinalizaram que têm o cadastro, enquanto que 3% não têm. Quando foram questionados se o Cadastro Único estava atualizado, 92% afirmaram que sim e 8% disseram que não. Já sobre a titularidade do CADÚnico, 89% das mulheres são as responsáveis por ele e somente 11% são os homens os responsáveis.

Em se tratando de benefício e/ou programa governamental, 71% recebem algum tipo de benefício ou estão dentro de algum programa governamental, 28% não estão contemplados com nenhum desses e 1% não respondeu. Quanto ao acompanhamento por algum tipo de centro de referência municipal, 94% não são acompanhados e apenas 6% responderam que são.

No que se refere ao instrumento utilizado para identificar e qualificar as Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA) da agricultura familiar, que é a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), e que recentemente vem sendo substituído pelo CAF-PRONAF, demonstrou que 73% têm o cadastro ativo, enquanto que 25% disseram que não o têm e 2% não responderam. Já com relação ao DAP/CAF jovem foi constatado que 97% não o têm, em detrimento de 3% dos jovens que têm acesso a esse instrumento.

O nível de escolaridade foi bem diversificado, com 34% representando apenas os que estudaram da 1ª a 4ª série, 30% da 5ª a 8ª série, 21% têm o ensino médio completo, 5% têm o ensino médio incompleto, 5% não são alfabetizados, 3% têm o ensino superior completo e 2% têm o superior incompleto.

No aspecto relacionado às doenças em geral, 61% relataram que têm algum tipo e apontaram, de forma recorrente, os diagnósticos de diabetes e hipertensão, por exemplo; enquanto que 39% afirmaram que não têm nenhum tipo de patologia.

No quesito acesso a benefício da previdência, 60% não têm nenhum tipo de benefício e somente 40% comentaram que têm. Quanto à participação em reuniões nos sindicatos e associações, 81% participam de alguma dessas instituições e 19% preferem não participar. E desses que participam, 75% não são filiados ao sindicato e/ou associação e apenas 25% afirmaram que são. Ademais, o tipo específico da organização social que as famílias mais frequentam é o sindicato, com 64%, e 22% é na associação, 13% é no sindicato e associação e 1% em cooperativa. Já no tocante a participação nas reuniões de algum tipo de conselho, 95% não participam de nenhuma e 5% participam de alguma.

Ao serem questionados se tiveram acesso às vacinas que estavam disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS), 48% não atualizaram as principais vacinas contra COVID-19 e influenza e 52% referiram que as cadernetas de vacinas estavam totalmente atualizadas.

Para uma melhor compreensão dos aspectos atrelados à comunicação, foi questionado sobre o acesso às notícias, e assim 85% sinalizaram que utilizam rádio, televisão, jornal e redes sociais, 12% usam apenas redes sociais, 2% somente o rádio e

1% não faz uso de nenhum desses meios de comunicação citados. Já no quesito acesso à internet, 84% utilizam todos os dias, 8% às vezes, 7% não acessam e 1% não responderam. Quanto ao tipo de acesso à internet, 62% comentaram que é via banda larga, 23% é compartilhada com algum familiar ou vizinho, 8% não acessam, 6% usam dados móveis e 1% utilizam banda larga e os dados móveis.

Entre as alternativas que são mais viáveis para receber informações, 55% disseram que preferiam apenas o áudio, 14% áudio, texto, vídeo e imagem, 9% áudio e vídeo, 7% áudio e texto, 5% áudio, texto e vídeo, 4% só texto, 2% só vídeo, 2% vídeo e imagem, 1% texto e vídeo e 1% não respondeu.

No que se refere a como as famílias costumam se comunicar, 50% usam as redes sociais, 38% telefone e redes sociais, 8% apenas o telefone, 2% não responderam, 1% se comunicam pessoalmente e 1% usam telefone, e-mail e redes sociais. Quanto às redes sociais mais utilizadas, 86% usam o *whatsapp*, 12% não responderam, 1% *instagram* e 1% *facebook*. Já no quesito o que gostam de postar nas redes sociais, 49% não postam nada, 46% postam algum tipo de vídeo ou foto, 3% não responderam, 1% é direcionado à poesia e 1% é áudio.

Considerações finais

As informações que foram compartilhadas com as famílias acompanhadas envolveram questões relacionadas à complexidade da vida, identidade, deslocamento, tempo, memória e resistência e, por consequência, a ressonância do trabalho que está em desenvolvimento pelo Seapac. Nessas comunidades rurais vê-se a importância do trabalho em rede e na articulação transversal das políticas públicas.

Através da apropriação do que de fato é direito e como ele pode ser viabilizado que realizamos um processo ético de acompanhamento e orientação dos agricultores. Nossa força de transformação está nas estratégias de ação na perspectiva coletiva, enfrentando a conjuntura política, social, econômica e ambiental, e na construção de uma incidência que possa lutar por questões que envolvam a defesa da terra, a organização social, o diálogo sobre as mudanças climáticas, agroecologia, soberania e segurança alimentar e nutricional e a melhoria da qualidade de vida no meio rural no RN.

Cabe destacar que o resultado da análise da produção desses dados provocou algumas inquietações no tocante à educação, condições de moradia, renda, comunicação e à fragilidade do acesso à seguridade social (assistência social, saúde e previdência).

À medida que essas demandas estavam sendo expostas, tecia-se um movimento de abertura de possibilidades e estratégias para orientação, como a participação social e popular nos processos de construção e controle social das políticas públicas, bem como sobre os caminhos para dialogar com o poder público, o estímulo à educação regular das crianças e dos adolescentes, assim como instigar a procura ou permanência dos adultos na modalidade de Ensino de Jovens e Adultos (EJA), orientação sobre os critérios exigidos pelo Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e aposentadoria rural, atualização dos documentos, dentro outros.

Um dado que tem chamado atenção é relacionado à faixa etária dessas famílias, na qual é possível perceber que a população mais jovem procura migrar para os centros urbanos em busca de novas oportunidades, no que se refere aos estudos e/ou inserção no mercado de trabalho, em busca de uma melhor qualidade de vida e assim, se desenha um cenário rural composto majoritariamente por pessoas adultas e idosas.

Com a permanência desse perfil demográfico da população rural, emergem desafios para a manutenção das propriedades familiares a médio e longo prazo. Por isso, a implementação das tecnologias sociais, somado ao acompanhamento técnico produtivo das plantações e dos quintais produtivos, têm ocasionado soberania, segurança alimentar e nutricional para essas famílias, bem como possibilidade, inclusive, de aumento da renda por meio da comercialização do que é cultivado e, como consequência, uma permanência com mais qualidade de vida no âmbito rural.

Por fim, importa ressaltar que, mesmo com tantos desafios relacionados a promoção à saúde e da agroecologia, às articulações políticas territoriais, às tecnologias sociais implementadas, à participação das mulheres e da juventude, conseguimos avançando com estratégias importantes, como um processo fluido, colocando as famílias acompanhadas como centro do processo, sempre como protagonistas.

Desse modo, diante do que já foi constatado e do que pode surgir de modo inusitado, continuamos com a aposta pelo reconhecimento da liberdade, da autonomia, da emancipação, defesa dos direitos humanos e promoção da equidade e justiça social rotineiramente nas ações institucionais do Seapac.

REFERÊNCIA

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Estudos Socioeconômicos. In.: serviço social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. CFESS.2009.